



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO  
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**DIFICULDADES E ENFRENTAMENTOS  
DOS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

**MARIA LUCILENE FREDERICO DE ARAÚJO**

ORIENTADORA: RAQUEL GOMES PINTO

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**MARIA LUCILENE FREDERICO DE ARAÚJO**

**DIFICULDADES E ENFRENTAMENTOS  
DOS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Santa Maria DF. Orientadora: Raquel Gomes Pinto

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MARIA LUCILENE FREDERICO DE ARAÚJO

### **DIFICULDADES E ENFRENTAMENTOS DOS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/ 2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

RAQUEL GOMES PINTO

---

VIVIANE FERNANDES F. PINTO

---

MARIA LUCILENE FREDERICO DE ARAÚJO

BRASÍLIA/2011

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha filha querida, Duda,  
minha companheira de todos os momentos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha dedicada orientadora Raquel,  
pela paciência e dedicação, sem sua força não  
teria conseguido.

## RESUMO

Para que os professores possam atender com qualidade o ensino dos alunos com necessidades especiais inclusos nas instituições de ensino regular é preciso refletir sobre as dificuldades, buscando encontrar soluções cabíveis para cada caso. Assim objetiva-se conhecer o cotidiano dos professores de uma escola pública inclusiva e analisar as dificuldades enfrentadas por eles no processo na sala inclusiva. Para isso foi utilizada uma pesquisa de campo. Os dados coletados foram submetidos a uma análise qualitativa, utilizando a entrevista semi-estruturada como instrumento de pesquisa, aplicado a um grupo de professoras do Ensino Fundamental de uma escola pública do Distrito Federal. Os resultados demonstram que na prática, a maioria dos professores não está preparada para desenvolver esse tipo de trabalho diferenciado e também consideram sua formação insuficiente.

**Palavras chave:** *Formação docente, Inclusão, Condições de trabalho*

## SUMÁRIO

RESUMO.....	v
APRESENTAÇÃO .....	8
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTORICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	11
1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO EDUCACIONAL .....	15
1.3 FORMAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO INCLUSIVO .....	23
1.4 DIFICULDADES DO PROCESSO INCLUSIVO .....	24
2.OBJETIVOS .....	26
2.1 OBJETIVO GERAL.....	26
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	26
3. METODOLOGIA.....	27
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	41
REFERÊNCIAS.....	42
APENDICE .....	43
A.ENTREVISTA .....	43

## APRESENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, no Capítulo V (Da Educação especial), em seus artigos 58 e 59, afirma que os educandos portadores de necessidades especiais devem ser matriculados preferencialmente em escolas regulares de ensino e que as instituições devem assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as necessidades desses alunos.

Na prática, o que se pode perceber, é que a maioria dos professores e das escolas não estão preparados para desenvolver esse tipo de trabalho diferenciado.

Em especial, no que se refere aos professores, as dificuldades encontradas são muitas, entre elas é possível citar: a falta de formação específica para atuar com crianças com necessidades especiais, o não diagnóstico preciso de alguns alunos inclusos (o que é imprescindível para o planejamento de técnicas e métodos adequados), a falta de estrutura física não apropriada na maioria das escolas, a grande quantidade de alunos matriculados por turma e, ainda, a falta de apoio e orientações de profissionais específicos de acordo com os diagnósticos.

Para que os professores possam atender com qualidade o ensino dos alunos com necessidades especiais inclusos nas instituições de ensino regular é preciso refletir sobre as dificuldades, buscando encontrar soluções cabíveis para cada caso. Somente esta reflexão torna possível o ensino mais eficaz e com resultados positivos, onde todos, equipe escolar, alunos e família possam se sentir seguros e satisfeitos por estarem fazendo um trabalho eficaz.

## 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva em toda sua trajetória histórica encontra alguns obstáculos seja na família, na sociedade e até mesmo na escola. Debater esse tema e implementar mudanças no contexto educacional permite o avanço de uma educação humanizada e com direito igualitário a todos os indivíduos. Segundo a Constituição em seu artigo 205,

A educação direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento à pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2001)

Assim para cumprir efetivamente a lei é importante analisar a realidade educacional para reconhecer a inclusão que se concretiza não somente quando pessoas portadoras de necessidades especiais são inseridas no ensino regular, mas em toda forma de interação com outras pessoas que não são seus familiares, ou seja, o indivíduo passa a ter uma vida em sociedade podendo desenvolver seu potencial cognitivo e social que muitas vezes fica reduzido por falta de informação dos próprios familiares.

A inclusão faz parte de um projeto educativo muito maior do que simplesmente colocar o aluno em uma sala de aula regular, mas é envolvê-lo em todas as esferas do desenvolvimento buscando uma adaptação e construção por completo processo que necessita a participação de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, principalmente do professor que precisa estar preparado para atuar nesse processo.

Conforme coloca Sassak (1997) cabe, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (p.47).

Coaduna-se com essas expectativas Mantoan (2001) que reforça o desafio a ser enfrentado:

Os alunos são diferentes uns dos outros e devemos tratá-los de modo diferente para alcançarmos os mesmos objetivos de ensino. Os ambientes inclusivos concorrem para estimular os alunos em geral a se comportarem ativamente diante dos desafios do meio escolar, abandonando, na medida do possível, os estereótipos, os condicionamentos, a independência que lhe são típicos, sejam normais ou pessoas com deficiência. (p.125)

Esse olhar sobre a inclusão, trás uma preocupação em preparar o educador para que ele possa saber lidar com a sala de aula no cotidiano de cada criança portadora de necessidades educacionais especiais. Contudo a falta de formação é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos professores, fator indispensável para o bom trabalho pedagógico, como coloca Ghedin (2002) em suas reflexões ressaltando a importância da formação docente na efetivação da prática social.

[...] o professor em formação prepara para efetivar as tarefas práticas de ser professor, não trata de formá-lo como reprodutor de modelos práticos dominantes, mas capaz de desenvolver a atividade material para transformar o mundo natural e social humano. (p. 22)

Como coloca a Constituição brasileira a formação dos profissionais da educação necessita ser revista e há que se preocupar com a preparação mais adequada, ampliar a preparação específica ao atendimento de pessoas portadoras de necessidade especiais, com atendimento educacionais especializados e com práticas educacionais mais próprias.

A formação de professores do ensino regular precisa, então, ser retomada e com vistas a atender aos princípios inclusivos. Essa revisão não se restringirá a incluir uma ou mais disciplinas nos cursos de formação de professores para fazê-los conhecer o que significam esses princípios e suas conseqüências na organização pedagógica das escolas comuns. Para torná-los capazes de desenvolver uma educação inclusiva, o curso de formação de professores de ensino regular tem de estar inteiramente voltado para prática que acompanham a evolução das ciências da educação e que não excluem nenhum aluno. [...] (BRASIL, 2005, p. 35).

Os caminhos da inclusão que ainda tem para trilhar são longos precisam de avanços pois, nesse contexto é preciso conhecer o cotidiano dos profissionais de uma escola inclusiva e as interações existentes dentro do processo pedagógico pautado respeito por todos considerando as diferenças e diversidade. Desse modo é

importante traçar a perspectiva histórica da educação inclusiva para adentrar na realidade.

### **1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Desde o início da colonização brasileira, os jesuítas já buscavam ensinar, embora fosse uma educação para poucos. Esta educação percorreu por vários momentos marcantes sempre em busca da melhoria do ensino acompanhada por leis. O processo de conquista que ocorreu no ensino fundamental até os dias atuais, também ocorreu com a educação inclusiva. Ela vem se desenvolvendo ao longo tempo, e tem como proposta de incluir portadores de necessidades especiais, visando o desenvolvimento da criança. Provando assim que quando a criança frequenta o ensino fundamental acelera sua aprendizagem (Referência, ano).

A inclusão vem numa crescente luta contra preconceitos e diferenciação criados ao longo dos anos na sociedade. Preconceito esse, as vezes, cultivado pela própria família.

A luta da Inclusão começou nos EUA na década de 1970, mas, os resultados não foram satisfatórios. “Em 1979, Thomas Jefferson propôs um plano para o primeiro sistema educacional sustentado pelo estado para ajudar a proporcionar educação aos pobres de Virginia”. (STAINBACK, 1999, p. 36).

Na época não era somente os portadores de necessidades especiais que eram deixados de lado e sim algumas classes sociais e etnias também. Estes excluídos da sociedade e do direito de aprender não eram aceitos pela sociedade e muitas vezes nem pela família.

Segundo Stainback (1999, p. 37)

Entretanto, vários grupos foram excluídos das escolas públicas regulares. Os afro-americanos e os nativos americanos eram em grande parte educados em sistemas escolares separados. Da mesma forma, os alunos com deficiência visível e importante continuaram em sua maioria, sendo segregados. As instituições residenciais e as escolas especiais

permaneceram sendo as indicadas para educar alunos cegos ou surdos ou com deficiências físicas. Os alunos com déficits importantes de desenvolvimento em geral não tinham nenhum tipo de serviço educacional disponível e ficavam quase sempre nas alas dos fundos das grandes instituições do estado.

A discriminação e o preconceito com os portadores de necessidades educacionais especiais continuam na virada do século XX, quando professores e a sociedade de forma geral acreditava que as pessoas com deficiência acreditam ser capazes de por em risco a sociedade. “[...] Entre 1900 e 1930, disseminou-se eram generalizadamente a idéia de que as pessoas com deficiências tinham tendências criminosas e era a mais séria ameaça à civilização, devido à sua composição genética”. (STAINBACK,1999, p. 38).

No Brasil as iniciativas também foram tímidas e percorreram caminhos semelhantes aos demais países que idealizaram a inclusão no ensino fundamental. As Primeiras iniciativas foram com a criação dos institutos: “Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje, Instituto Benjamin Constante – IBC e o Imperial Instituto dos Surdos-mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, ambos no ano de 1857”. (BRASIL, 1998, p. 16.)

Nos anos seguintes surgiram várias outras tentativas, que contemplam as crianças excepcionais. No século XX inicia-se no Brasil “a criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES que, em 1954 era instituída na cidade do Rio de Janeiro” (BRASIL, 1998, p.12).

A educação especial começa a ser norteadada por leis próprias quando o Estado começa desenvolver sua função.

Na década de 60, a lei 4.024/61 normatizou a educação na esfera nacional, que definiu, em seu artigo 88: A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade. Em seu artigo 89, referendava o compromisso dos poderes públicos em subsidiar financeiramente a iniciativa para a criação de serviços especiais de acordo com a aprovação dos Conselhos Estaduais de Educação. (BRASIL, 1998, p. 5).

Com a Lei 5.692/71 a educação especial foi mais direcionada e assegurava “[...] tratamento especial para os alunos que apresentassem deficiências físicas ou

mentais, os que se encontra em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados [...]”. (BRASIL, 1998, p. 9).

Na década de 1950 e 1960 o uso de classes especiais nas escolas públicas foi o sistema preferido de prestação de serviços educacionais para a maior parte dos alunos com deficiência. Apesar disso, foi durante esse período que as atitudes do público com relação ao espaço físico das pessoas com deficiência nas escolas e na comunidade começaram a mudar. (STAINBACK, 1999)

As conquistas foram aos poucos chegando, assim a conquistar meio período para que a criança com deficiência chegasse a participar do ensino regular. Coloca ainda que “no final da década de 1970 e no início da década de 1980, muitos alunos com deficiência começaram a ser integrados em classes regulares, pelo menos por meio turno.” (STAINBACK, 1999, p. 40).

Porém as resistências à inclusão foram muitas e ainda estão sendo a luta pela permanência da criança portadora de necessidades especiais é constante e acirrada aos preconceitos.

Reforçando as afirmações Stainback, enfatiza que “tais tentativas para resistir ao ensino inclusivo ainda são evidentes. Alguns intelectuais e pesquisadores têm argumentado contra o provimento da inclusão [...]. No período entre 1977-1978 e 1989-1990, houve pouca ou nenhuma mudança na colocação de alunos com deficiência como um grupo no âmbito nacional”. (STAINBACK, 1999, p. 41).

Com todo este imprevisto ocorrido no processo na conquista das evoluções da inclusão. A história da inclusão teve seu momento de glória quando Stanback afirma que, na década de 1990, uma realização importante é o vínculo do movimento da inclusão com a reforma geral da educação.

A reestruturação da escola para todos os alunos é vista como um objetivo fundamental pelos principais associações profissionais, incluindo a *Association For Supervision and Curriculum Development* (ASCD) (1992) e a *National Association of State Boards of Education* (NASBE) (1992). Uma das seis resoluções da ASCD (1992) indicou a inclusão de programas especiais realizados em ambientes de ensino que eliminem os currículos escolares baseados nas necessidades ou nos níveis de habilidade do aluno e na segregação. (STAINBACK, 1999, p. 43).

As tentativas do acerto são inúmeras. E cresce a cada momento que estudiosos e educadores se dispõem a discutir sobre o assunto inclusão.

A evolução pelas conquistas continua com uma emenda na Constituição Brasileira de 1978. “É assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante educação especial e gratuita”. (BRASIL, 1998, p. 6) Os debates persistiram e com a atual Constituição visa em seu artigo 208 incisos III, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2005).

Com a Constituição desperta uma nova preocupação com o atendimento aos portadores de necessidades especiais que além de receber atendimento especializado insere a criança no ensino regular levando-a a evoluir educacionalmente e no desenvolvimento social.

Em 1990 surge o Estatuto da Criança e do Adolescente que reforça a garantia e gratuidade do ensino regular aos portadores de necessidades especiais. Na Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 art.54, inciso III – atendimento educacional [...].

Em 1994, com a reunião de vários países e algumas organizações, discutem sobre o futuro dos portadores e cria uma declaração intitulada “Salamanca”.

Reconvocando as várias declarações das nações unidas que culminaram no documento das nações unidas ‘Regras e Padrões sobre Equalização de Oportunidade para Pessoas com Deficiências’, o qual demanda que os estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. [...] Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que é única; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (BRASIL, 1994, p. 3).

Nessa perspectiva trabalhar com a inclusão escolar é propor a sociedade que compartilhem e contribuam para respeitar as diferenças seja física ou cognitiva. A

escola e os educadores baseado nas documentações citadas acima devem fazer das diferenças um caminho para o crescimento de uma sociedade mais justa e humanizada, valorizando as habilidades de cada criança.

## **1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO EDUCACIONAL**

A educação inclusiva em toda sua caminhada encontra algumas barreiras seja na família, na sociedade e até mesmo na escola. Discutir temas como esse é possibilitar o avanço de uma educação humanizada e com direito igualitário a todos os indivíduos e isso inclui o direito ao atendimento do ensino regular. Segundo a Constituição em seu artigo 205. “a educação direito de todo e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento à pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 2005, p. 134).

Inicialmente é importante definir inclusão e analisar as vertentes de entendimento e interpretações desse conceito. A inclusão se dá quando pessoas portadoras de necessidades especiais são inseridas no ensino regular, e através dessa interação com outras pessoas que não são seus familiares, o indivíduo passa a ter uma vida em sociedade podendo desenvolver seu potencial cognitivo e social que muitas vezes fica restringida por falta de informação dos próprios familiares.

Para que a inclusão seja completa não se pode ficar apenas nas escolas. A sociedade também tem que compartilhar e fazer seu papel.

Para Sassaki:

Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. (SASSAKI, 1997, p. 47 ).

Com um novo olhar sobre a inclusão, há uma preocupação em preparar o educador para que ele possa saber lidar com a sala de aula no dia-a-dia de cada criança portadora de necessidades especiais.

Para Mantoan 1997, p.125,

Os alunos são diferentes uns dos outros e devemos tratá-los de modo diferente para alcançarmos os mesmos objetivos de ensino. Os ambientes inclusivos concorrem para estimular os alunos em geral a se comportarem ativamente diante dos desafios do meio escolar, abandonando, na medida do possível, os estereótipos, os condicionamentos, a independência que lhe são típicos, sejam normais ou pessoas com deficiência.

Buscar uma adaptação física da sala de aula, uma pedagogia capaz de envolver todos os alunos, conhecendo e respeitando as diferenças; possibilitando que o professor atinja melhores os objetivos propostos em seu trabalho. Pois a inclusão trata justamente de aprender a viver com outro. Inclusão significa “estar com” (MANTOAN, 1997, p. 137).

Mas, de nada vale investir na inclusão se a escola não buscar desenvolver currículo que contemple suas necessidades e a de seus educandos, conforme ressalta Mantoan (1997)

A existência de um currículo aberto e flexível é uma condição fundamental para que se possa responder as diferentes e necessidades dos alunos e do contexto sócio-educacional em que se desenvolve o processo de ensino aprendizagem. As respostas as necessidades especiais deve ser buscada no currículo comum, realizando ajustes e adaptações precisas, como via básica para que seja assegurada a igualdade de oportunidades. Se no currículo comum são expressas as capacidades e os conteúdos culturais considerados fundamentais em cada sociedade para que os futuros cidadãos sejam dela membros ativos, a escola deve fazer todo possível para que qualquer aluno desenvolva ao máximo estas capacidades. Portanto, é de vital importância proporcionar aos alunos com necessidades especiais um currículo equilibrado, no qual se contemplem suas necessidades individuais sem perder de vista, contudo, os objetivos que são perseguidos pelos outros. (MANTOAN, 1997, p. 189).

O grupo escolar tem que estar coeso harmônico para que possa cumprir o que está proposto no currículo e no projeto político pedagógico. Há que desenvolver trabalhos em parceria com todos os envolvidos no processo ensino-aprendizado. Em especial a equipe de esta diretamente ligada à criança com deficiência.

O trabalho do professor e da equipe pedagógica é o reflexo do resultado dos alunos da escola. Saber avaliar e analisar suas ações possibilita uma educação de qualidade e um atendimento melhor direcionado. Atender as crianças portadoras de necessidades especiais traz a equipe uma sensibilidade muito grande que automaticamente reflete em seus alunos.

[...] Nas escolas que conseguem atender os alunos com deficiências especiais, existe um sentimento de otimismo em toda equipe de professores, que é consciente de que a sua atuação pode influenciar a vida das crianças: trabalham com confiança e expectativas elevadas em relação, de seu próprio sucesso, qualidade que seus alunos podem reconhecer: quando os professores são otimistas os alunos também tendem a sê-lo. (BRASIL, 1998 p. 172).

A atenção e o cuidado que o professor desprende para atender uma sala com alunos inclusos, acaba contribuindo até com os ditos “normais”. Pois sua capacidade de detectar falha na aprendizagem aumenta e o atendimento é mais direcionado e se torna uma educação de qualidade.

O professor tem um papel fundamental no processo de inclusão, pois é ele que responde diretamente pela aprendizagem nas salas de aulas. Destinamos aos professores varias horas de estudo, preparação de aulas, orientação e suporte no período de trabalho escolar [...]. (MANTOAN, 2001, p. 173)

Mas todo esse trabalho não é feito isoladamente. Faz-se necessário um trabalho em equipe que forme uma escola de qualidade para todos, seja qual for a deficiência dos alunos.

De acordo com Mantoan (2001, p. 175), “a complexidade dos problemas na área de educação deve encaminhar para a busca de soluções advindas de um trabalho coletivo, capaz de constantemente reavaliar seus passos, sua dinâmica”.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular ainda tem uma longa caminhada, pois, para que a escola seja para todos e possa oferecer um atendimento de qualidade, cabe aos gestores contribuir através de seu trabalho; com cursos de especialização para melhor atender estes alunos especiais que estão

chegando, ajudando-os a se inserir na sociedade, quebrando tabus, preconceitos que persistem em nosso meio contra pessoas com necessidades especiais.

As discussões acrescentam no desenvolvimento, porém a ação é a parte efetiva da inclusão. O ideal de uma sociedade inclusiva se baseia numa filosofia que distingue e valoriza a diversidade, como característica intrínseca à organização de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos direitos para todos, sinaliza a obrigação de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as chances, independentemente das especificidades de cada indivíduo.

O padrão da inclusão vem sendo disseminado ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam a ascensão e permanência do aluno com deficiência no ensino fundamental dentro de uma perspectiva global.

A inclusão também passa por modificações na edificação psíquica do homem, para o entendimento do que é a diversidade humana. Também é necessário considerar a forma como nossa sociedade está organizada, onde o acesso aos serviços é sempre dificultado pelos mais variados motivos. Jamais haverá inclusão se a sociedade se sentir no direito de escolher quais os deficientes poderão ser incluídos. É preciso que as pessoas falem por si mesmas, pois sabem do que precisam de suas expectativas e dificuldades como qualquer cidadão. Mas não basta ouvi-los, é necessário propor e desenvolver ações que venham modificar e orientar as formas de se pensar na própria inclusão.

A educação inclusiva possibilita benefício tanto para o aluno quanto para o professor, pois há oportunidade de troca de experiências e o desenvolvimento de habilidades é vasta, além da riqueza existente no desenvolvimento humano que se dá em um ambiente social complexo e permeado de diversidades.

Para que a inclusão seja bem sucedida, as diferenças dos alunos devem ser reconhecidas como um recurso positivo. As diferenças entre alunos devem ser reconhecidas e capitalizadas para fornecer oportunidade de aprendizagem para todos os alunos da classe. [...] A diversidade em suas muitas formas é celebrada em escola inclusiva. As oportunidades de se capitalizar em cima de diversidade não devem ser somente focalizadas nos alunos. As diferenças encontradas dentro da equipe de funcionários no tocante os seus vários 'berços' (as origens), característica e experiência devem ser incentivados, procurados, colocados para fora e avaliadas. Em uma escola onde o currículo escolar é considerado, esses recursos inerentes da diversidade humana, que estão disponíveis entre alunos e a

equipe de funcionário, não devem ser negligenciados. [...] (STAINBACK, 2006, p. 9).

A escola tem por obrigação estar sempre estimulando a socialização e a construção de uma vivência sólida, porém não resumindo apenas no social, mas também no cognitivo. A inclusão é um processo que a escola constrói juntamente com todos envolvidos no processo aprendido e com a comunidade a qual está inserida

A escola proporciona ao aluno um conhecimento organizado e selecionado anteriormente, pois é o currículo que pré-determinará o que ensinar e o que transmitir aos seus alunos. Assim, a escola necessita em contemplar conteúdos que complemente o que o aluno adquiriu com vivência com outros grupos sociais.

Na escola a construção do conhecimento é predefinida, intencional e deliberada. [...] A escola é a instituição responsável pela passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim função social reguladora e formativa para os alunos. O conhecimento lá produzido é revestido de valores éticos, estéticos e políticos com os quais os alunos têm de estar identificado, e [...]. Ela precisa assumir um compromisso com as mudanças sociais com o aprimoramento das relações entre os cidadãos, com o cuidado e respeito em relação ao mundo físico e aos bens culturais que nos circunda (BRASIL, 2005, p. 7).

Nessa perspectiva é necessário se trabalhar em grupos com todos os envolvidos na escola. O comprometimento do professor em promover a cooperação entre os alunos facilita o acesso da pessoa deficiente a quaisquer grupos e sua adesão a eles.

A inclusão propõe a comunidade mais respeito, amor ao próximo, e uma visão de que todos são capazes de se desenvolver independente de suas limitações. Segundo o MEC/SEESP em o entendimento especializado para deficiência mental afirma que,

Para conseguir trabalhar dentro da proposta educacional inclusiva, o professor precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas orientadores, supervisores educacionais e outros que adotam um modelo de gestão escolar verdadeiramente participativa e descentralizada. Muitas vezes o professor tem idéias novas para colocar em ação em sua sala de aula, mas não é bem recebido pelos colegas e pelos demais membros das escolas devido ao descompasso entre o que esta propondo e o que a escola tem o habito de fazer para o mesmo fim. (BRASIL, 2005, p. 18).

Quando o aluno recebe uma instrução direcionada, o processo da aprendizagem transcorre em um percurso normal capaz de desenvolver o alunado tanto individual como socialmente o que, por sua vez, contribui para a melhoria da qualidade do ensino regular brasileiro.

Diante dessas premissas da educação de qualidade no processo de inclusão o professor, que é uma das partes da engrenagem do processo ensino aprendido, necessita de uma formação adequada que contemple uma preparação específica além da formação exigida em lei, somente assim conseguirá engendrar uma prática eficiente. Portanto a formação dos profissionais da educação necessita ser revista, pois nem sempre os profissionais têm preparação adequada para lidar com alunos portadores de necessidades especiais e, assim, não estão formados em práticas educacionais especializadas para a demanda das crianças especiais e das turmas inclusivas.

A formação de professores do ensino regular precisa, então, ser retomada e com vistas a atender aos princípios inclusivos. Essa revisão não se restringirá a incluir uma ou mais disciplinas nos cursos de formação de professores para fazê-los conhecer o que significam esses princípios e suas conseqüência na organização pedagógica das escolas comuns. Para torná-los capazes de desenvolver uma educação inclusiva, o curso de formação de professores de ensino regular tem de estar inteiramente voltado para prática que acompanham a evolução das ciências da educação e que não excluem nenhum aluno. [...] Na formação dos professores especializados, o que se propõe é uma revisão do nível de graduação desses profissionais, a proposta é a de criarem cursos de especialização '*lato sensu*', em educação de pessoas com deficiência, cada um focando uma delas, diferenciando essa formação da apropriada para professores do ensino regular, sendo que a formação em ciência da educação continua sendo à base da formação desses e de dos professores. (BRASIL, 2005, p. 35-36).

Os caminhos da inclusão que ainda tem para trilhar são longos e terão avanços nessa caminhada, sabemos que o principal é o respeito por todos considerando as diferenças e diversidade.

Para seu crescimento precisa-se contar com participação de todos nesse desafio.

No aspecto referente à formação do professor, temos sentido necessidade de aprofundar nossos estudos relativos ao desenvolvimento dos alunos, como forma de aperfeiçoar nossa capacidade de observação e de leitura de cada aluno, para interferir de forma cada vez mais adequada, na formação de cada um. 'Sabemos que os estudos continuados do corpo docente são

fundamentais em uma escola que pretenda construir e reconstruir constantemente a sua prática, segundo os preceitos inclusivos.' (MANTOAN, 2001, p. 155).

O professor tem um papel importante na formação do aluno, por isso a necessidade de capacitar os educadores para que cada vez mais se aperfeiçoe e assegure uma formação digna a cada um.

A sociedade exige muito do professor que muitas vezes não está preparadas para lidar com crianças com deficiência. O corpo docente de uma escola tem que estar preparado para receber essas crianças e sempre capacitando os professores para que seja uma educação de qualidade para todos e seguindo os preceitos inclusivos.

O fato que muitos professores pensam estar fazendo um trabalho inútil, pois percebem que muitos dos alunos não avançam na aprendizagem e não evoluem a contento. A experiência nos faz concordar com Fierro (1995, p. 224) ao afirmar que,

Não é preciso, nem tampouco é conveniente, aguardar o desaparecimento dos preconceitos para a realização da integração escolar. Esta própria integração, convenientemente ordenada e disposta, pode contribuir para derrubar as barreiras do preconceito.

A educação é um direito de todos e o aluno deve estar inserido nela, e a instituição deve modificar para incluir todos os alunos. Na escola os alunos aprendem muito e tem a oportunidade de aprenderem umas com as outras e adquirir as habilidades e valores e assim o apoio da comunidade e a inclusão de todos.

A necessidade de o país dotar os indivíduos de informação para gerar conhecimento implica, sobretudo, que cidadãos/ãs brancos/as e cidadãos/as negros/as tenham consciência da importância estratégica e do acesso a uma educação científica de qualidade, sob responsabilidade da escola, da universidade e de todas as instâncias educativas e culturais formais, não-formais e informais para que a escola venha mudar de verdade.

Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que esta se transforme de forma a possibilitar a inserção daquela. Para isso, algumas orientações são úteis. As que estão em conjunto com a associação Sorri Brasil, com indicações elaboradas pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Vale lembrar que os serviços

de apoio não substituem o professor da escola regular. (GUIMARÃES, 2006, p.18).

Pode se notar que com todo o preconceito em torno da inclusão de portadores de necessidades especiais há lugares que comemoram sucessos adquiridos ao longo de um trabalho feito com responsabilidade que é contado pela revista Nova Escola.

[...] Hoje a rede municipal conta com 304 estudantes deficientes, de um total de 40 mil matriculados em 124 unidades. "Desde o início do projeto, o índice de evasão diminuiu e o preconceito foi podado pela raiz", comemora Teresinha Del Cístia, a atual secretária de Educação. (GUIMARÃES, 2006, p. 21).

Assim entre as principais medidas que garantem o sucesso da proposta está o estímulo para que as escolas elaborem sua proposta pedagógica, diagnosticando a demanda por atendimento especial; criação de um currículo que reflita o meio social; apoio à descentralização da gestão administrativa.e oferta de transporte escolar para todos.

A reestruturação do ensino seja no fundamental ou no especializado faz se necessário urgentemente. Pois o processo de inclusão só ocorrerá de fato quando ocorrer à conscientização dos profissionais da educação e da sociedade de que portadores de necessidades especiais não são somente as pessoas que sofreu alguma lesão, mas sim todas as pessoas que têm certa deficiência irreversível, e necessite de um olhar diferenciado pelo professor.

A sala de aula é composta de variadas culturas e com nível diferenciado de aprendizado que a escola tem que respeitar e trabalhar de forma diferenciada, sem perder o foco no trabalho cooperativo entre os alunos, pois alunos portadores ou não de deficiência, juntos, devem ser estimulados a trabalharem juntos, visando a aprendizagem conjunta, o respeito mútuo e a solidariedade.

### **1.3 FORMAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO INCLUSIVO**

Atualmente a valorização dos professores têm sido muito discutida reconhecendo que nela está grande parte da qualidade do ensino ministrados nos

sistemas educativos. Vários estudiosos têm conferido muita importância à temática formação docente e à profissionalização dos professores.

Dentro do processo inclusivo a preparação e formação tornam-se algo mais pungente, pois exige-se uma ampliação do enfoque dado à educação, que ultrapassa as barreiras do conteúdo fragmentado com atividades mecânicas e repetitivas, pois é preciso ultrapassar barreiras e partir para um ensino socialmente humano focado em uma educação igual para todos, com novas preocupações exigidas como coloca Gatti (2008, p. 13)

A formação dos professores nesse contexto torna-se uma questão que merece novas considerações e outros posicionamentos: conhecimentos disciplinares sólidos, visão social e cultural esclarecida, perspectivas sobre a civilização humana e seus destinos, consciência quanto aos processos de alienação social e busca de caminhos, lidar com as representações e as necessidades espirituais das pessoas, criação de formas de comunicação diferenciadas com as crianças e jovens- conhecimentos, saberes, didática, valores.

No contexto da diversidade há uma gama de desafios formativos na carreira docente, contudo as soluções não são simples e, ao que parece, não estão prontas em um manual é preciso partir para o questionamento a busca de debates e reformulações curriculares, estruturais e humanas, como coloca Freire a busca da utopia é também parte da conquista de um sonho viável que perpassa pela reflexão da prática.

O sonho viável exige de mim, pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites da minha própria prática, que significa perceber e demarcar a existência do que eu chamo espaços livres a serem preenchidos. O sonho possível tem a ver com os limites destes espaços e esses limites são históricos [...]. (Freire, 1982, p.100)

Portanto buscando a superação dos limites históricos e de processo pedagógico de qualidade depende diretamente das atitudes dos professores, ou seja, “[...] de sua competência e de sua segurança profissional [...]” (MARCHESI, 2004, p.36), que relaciona-se diretamente com a sua formação e também com sua postura diante da aceitação do processo inclusivo.

## 1.4 DIFICULDADES DO PROCESSO INCLUSIVO

Estudos demonstram que a inclusão perpassa por vários dilemas que precisam ser discutidos e elaborados soluções, como a formação dos professores, o currículo comum e a identificação dos alunos com necessidades especiais e outros. (STAINBACK e STAINBACK, 1999; MARCHESI, 2004; GATTI, 2008)

Esses dilemas decorrem da diversidade que acompanha o processo pedagógico como enfatiza Gatti (2008, p.13)

Multiplicidade, reconhecimento das diferenças, da heterogeneidade, da variedade de ambientes sociobiogeográficos, de situações, da diferenças nos sentimentos, na cultura, na religião, nos modos de ser, de habitar, de conviver com seu ambiente físico e social. Na contemporaneidade nos é colocada a necessidade de se ter consciência clara da presença do diverso, em convivência. Essas condições desafiam hoje o papel dos educadores e das escolas. [...]

Nessa perspectiva o professor precisa estar consciente da necessidade de buscar uma formação que integre conhecimentos e sensibilidade, porque ele necessita do saber científico mais deve ter clara a obrigação de reconhecer as diferenças e pautar suas práticas pedagógicas na formação cidadã onde reconhecer e respeitar as diferenças faz parte do currículo e da sua obrigação como educador inclusivo.

A escola é o lugar onde várias pessoas de diferentes crenças, religiões, e opiniões convivem diariamente, o posicionamento do professor diante desse alunado necessita ser coeso, pois o docente precisa construir uma relação de confiança, se mostrar disponível para conversarem sobre a diversidade e trabalhar a construção de respeito do outro independente de suas diferenças.

A escola é o local onde por muitas vezes os debates e o foco da aceitação dos alunos inclusos é apresentado, por ser lugar onde o aluno passa boa parte do dia e por ter contatos sociais diretos, sentindo necessidade de integração ao grupo social. Neste sentido necessita-se de professores que sejam capacitados para promover uma práxis educativa que efetive o processo ensino aprendizagem em uma abordagem de inclusão.

## **2- OBJETIVOS**

### **2.1. OBJETIVO GERAL**

Investigar o cotidiano dos professores de uma escola pública inclusiva e analisar as dificuldades enfrentadas por eles no processo de inclusão.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar a realidade pedagógica dos professores dentro do processo inclusivo;
- Verificar as condições de trabalho e formação dos professores que atuam no processo de inclusão
- Conhecer as condições físicas, sociais e materiais das instituições inclusivas, relacionando ao cotidiano docente.

### **3. METODOLOGIA**

Essa investigação, segundo Gil (2003, p. 41), é classificada como descritiva “pois tem como objetivo a descrição das características de determinada população. [...] também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis.”. Na referida pesquisa os objetivos vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem elucidar o cotidiano dos professores de uma escola inclusiva e analisar as dificuldades enfrentadas por eles no processo de inclusão escolar.

Redimensionando esse conceito, Michel (2005, p. 37) coloca que na pesquisa descritiva “[...] os fatos e fenômenos devem ser extraídos do ambiente natural, da vida real, onde ocorre, e analisados a luz das influências que o ambiente exerce sobre eles.”, casando com a referida pesquisa que se constitui em uma pesquisa de campo.

Já a pesquisa de campo consiste em uma etapa que é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha ciência sobre o argumento, pois é nesta fase que ele vai decidir os desígnios da pesquisa e, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados. (MARCONI & LAKATOS, 1996):

#### **Espaço de pesquisa**

A escola foi selecionada de acordo com os seguintes critérios: ser uma escola da rede pública de ensino de Santa Maria-DF, por ser de mais fácil acesso a pesquisadora, aceitar a realização da pesquisa, ter pelo menos X professores que trabalham ou trabalharam com alunos incluídos motivados em participar desta pesquisa.

Assim é instituição inclusiva possui crianças com deficiência motora, psíquica. Todos os professores trabalham ou já trabalharam com alunos com necessidades especiais incluídos em sala de aula.

Na escola há uma sala de orientadores e que é dividida também com uma pedagoga, mas não possui sala de recursos. O atendimento dos alunos inclusos é feito em horário contrário em outros estabelecimentos públicos de ensino.

Após o contato com a Direção da escola, que autorizou a pesquisa, foram marcadas as entrevistas com os professores no horário de sua coordenação. Os professores foram muito receptivos, autorizaram a pesquisa, assinaram o Termo de Ciência da Instituição e, ainda se dispuseram a dar entrevista.

### Participantes

A solicitação de participação do estudo foi feita através da apresentação oral, ocasião em que foram explicados os objetivos da pesquisa e garantido o sigilo de qualquer informação comprometedora sobre a instituição de ensino e professores.

Quadro 1- Caracterização dos participantes

<b>Nome do professor (fictício)</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Cursos na área de inclusão</b>	<b>Tempo de profissão no Ensino Fundamental</b>	<b>Tempo de profissão em sala inclusiva</b>
Maria	35	Pedagogia/ Especialização	Não possui	10	2
Marina	37	Letras/ Especialização	Especialização (em curso)	17	3
Margaret	39	Matemática/ Especialização	Especialização (em curso)	19	4
Carol	23	Pedagogia/ Especialização	Não possui	2	2
Edileusa	36	Pedagogia	Não possui	5	2
Lucia	35	Pedagogia	Não possui	6	2

Joana	33	Pedagogia	Não possui	5	2
Karina	34	Pedagogia	Não possui	5	3
Márcia	35	Pedagogia	Não possui	8	5
Ione	38	Pedagogia	Não possui	2	2

### **Procedimentos para Coleta de Dados**

O procedimento de coleta de dados foi a pesquisa semi-estruturada, primando pelo seu caráter, qualitativo e quantitativo dentro da fenomenologia, que segundo Vergara (2004, p.20) a “principal preocupação é entender o comportamento humano, a partir da própria pessoa e [...] privilegia procedimentos qualitativos de pesquisa”

Assim, pesquisa de campo foi realizada, com entrevista a 10 professores do Ensino Fundamental de Santa Maria – DF. A entrevista foi semi-estruturada com o objetivo levantar alguns pontos relevantes sobre o a prática pedagógica dentro da educação inclusiva. A entrevista buscou abarcar os objetivos da pesquisa, assim constou de questão que tratem da prática pedagógica inclusiva no cotidiano; a formação inicial e continuada dos professores; a participação de pais e outros profissionais no processo educativo e as condições de acessibilidade e estrutura do ambiente escolar. (Anexo I)

### **Materiais**

Foram utilizados os seguintes materiais:

- celular com gravador;
- chip de memória;
- computador;

- papel ofício;
- caneta;

### **Procedimentos de construção e análise dos dados**

Primeiramente, foram marcadas as entrevistas individuais. No dia agendado foram feitas as entrevistas individuais na instituição pesquisada. As entrevistas foram realizadas na sala dos professores e na biblioteca. Antes do início da entrevista foi lido o termo de consentimento e solicitado a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, caso os participantes aceitassem integrar a pesquisa.

Após o registro das informações foi realizada transcrição do material. Após a transcrição, o material foi analisado por meio de uma metodologia qualitativa.

A análise da entrevista de cada um dos dez participantes passou primeiramente, por um processo extenso de análise. Em seguida, esta análise foi organizada nas seguintes categorias: entendimento sobre educação inclusiva; desafios e dificuldades da inclusão escolar; formação profissional e dificuldades do trabalho pedagógico inclusivo e condições físicas, sociais e materiais tidas no cotidiano, com o objetivo de sintetizar de maneira organizada as informações arrecadadas nas entrevistas.

As 10 entrevistas foram realizadas individualmente na sala de coordenação pedagógica com duração média de 20 minutos.

Iniciou-se a análise, com a transcrição do material coletado, cujo conteúdo foi revisto e estudado em fases para captação dos aspectos relatados, sobretudo nas questões descritivas e de opinião do participante da pesquisa.

Essa sistemática é um estratagema para abrandar probabilidades e poder separar as tentativas de encaixilhar o material coletado somente em um determinado

enfoco. A tabulação dos dados subsidia a apreender as mensagens sobrepujadas nas questões de modo geral, priorizando o foco da pesquisa.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com 10 professoras que atuam no Ensino Fundamental de séries iniciais de um Centro de Ensino localizado em Santa Maria.

A analogia e interpretação das questões de crivo pessoal, as professoras foram identificadas com nomes fictícios a finalidade de manter o sigilo da identidade das entrevistadas, uma vez que o objetivo é levantar as possíveis dificuldades no processo de inclusão.

No aspecto de uma pesquisa qualitativa à medida que os dados foram colhidos, a pesquisadora interpretou-as e ponderou os dados buscando confrontá-las com a pergunta a ser respondida. As transcrições das entrevistas semi-estruturadas foram feitas pela própria pesquisadora, na íntegra. Para melhor análise e organização das questões levantadas as demandas foram divididas em categorias a seguir:

### A. Entendimento sobre Educação Inclusiva

Diante da ação educacional a visão e a concepção docente do processo educativo é um dos fatores que favorecem a qualidade e o enriquecimento na educação. Para distinguir a entendimento dos professores sobre o tema foi feita a seguinte pergunta:

➤ **“Como você define Inclusão Escolar?”**

**Professora Maria:** *“É a organização de um sistema de uma sociedade que entenda e faça com que todos independentes de qualquer tipo de deficiência participem de maneira igual no processo de ensino aprendizagem.”*

**Professora Marina:** *“Incluir os alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino aprendizagem de acordo com sua especificidade e modo de aprendizagem, respeitando e incluindo-o no planejamento do professor”*

**Professora Margaret:** *“É o direito que todos têm acesso ao ensino de qualidade respeitando as suas diferenças.”*

**Professora Carol:** *“Quando a escola oferece oportunidades diferenciadas de aprendizagem para todos os alunos.”*

**Professora Edileusa:** *“É a necessidades de oportunizar um ensino de qualidade para todos indiferente de qualquer tipo de diferença.”*

**Professora Lucia:** *“É a busca de integrar todos os diferentes no sistema educativo.”*

**Professora Joana:** *“É a política de assegurar a todos no sistema de ensino.”*

**Professora Karina:** *“ É a busca de inserção de todos os indivíduos sem preconceito e discriminação no sistema de ensino.”*

**Professora Márcia:** *“É um elo entre o aluno e o aprendizado.”*

**Professora Ione:** *“É a preparação de um sistema cruel e preconceituoso que há séculos exclui da sociedade todos que não estão no seu molde predeterminado.”*

A análise das respostas exprime um conhecimento empírico do conceito de inclusão, pois os professores enfatizam considerações expressas na mídia e divulgadas em planos de governo, contudo pode-se avaliar que mesmo com respostas de senso comum percebe-se que eles possuem uma concepção de inclusão que reflete o conceito real da palavra e mais importante expressão uma compreensão desse conceito. Segundo Karagiannis, Stainback e Stainback, (1999, p.21), “Em sentido mais amplo, o inclusivo é a prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural- em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.”

## B. Desafios e dificuldades da inclusão escolar.

- “Em sua opinião quais os principais desafios da inclusão escolar? Por quê?”

**Professora Maria:** “A mudança social de aceitação dos diversos. Por mais debates e conquista é necessário haver uma aceitação social porque se não jamais o excluído sentir-se-á incluído.”

**Professora Marina:** “É conhecimento do professor, a preparação para trabalhar as dificuldades do aluno de acordo com suas limitações. Porque se o professor não está preparado tende-se a segregá-lo, não tenho experiência vivida negativamente, porque tentei me adequar dentro daquilo que o aluno sabia e entendê-lo então trabalhei dentro das limitações do aluno e não houve maiores problemas, deu para lidar com a situação.”

**Professora Margaret:** “Resistência dos profissionais; Trabalho em equipe: Professores e especialistas não trabalham em consonância; Despreparo dos professores; Dificuldades em trabalhar com turmas heterogêneas. Nas coordenações dá para perceber a resistência de alguns professores em trabalhar a inclusão.”

**Professora Carol:** “O excesso de alunos dificulta oferecer um trabalho individualizado. A falta de profissionais interessados também.”

**Professora Edileusa:** “Ser capaz de fazer com que os alunos inclusos efetivem seu processo aprendizagem.”

**Professora Lucia:** “A falta de formação; a falta de apoio das políticas públicas, pois as salas são muito cheias e necessidades de trocar ideias com colegas que já vivenciaram a experiência anteriormente.”

**Professora Joana:** “A superação da meu preparo, me sinto incapaz de ajudá-los.”

**Professora Karina:** “A minha falta de formação, não sei lidar com os meus alunos inclusos e a cada ano muda as modalidades de necessidades especiais.”

**Professora Márcia:** “Aceitar as diferenças; A escola e a família passem a acreditar no potencial dos educandos com necessidades especiais; As vezes planejava uma aula para os alunos e eles tinham planejado outro assunto muito mais interessante do que a minha aula. E assim percebia que aprendi mais do que ensinava para eles. Porque eles são muitos inteligentes. O educador sempre aprende com o educando.”

**Professora Ione:** “No meu caso que também possuo uma necessidade especial, pois sou cadeirante e a falta de estrutura física do ambiente escolar, pois sou privada de vários espaços por falta acessibilidade.”

Percebe-se que de forma geral os professores conclamam a falta de preparo e a superação das suas dificuldades pessoais para trabalhar com os alunos inclusos. E essas limitações estão centradas na falta de formação continuada específica e também na carência de suporte técnico, metodológico para o desenvolvimento do trabalho inclusivo.

### **C. Formação profissional e dificuldades do trabalho pedagógico inclusivo.**

#### ➤ “Como você vê sua formação profissional?”

**Professora Maria:** “A minha formação inicial não me preparou para a inclusão, assim sinto-me pouco preparada para lidar com alunos especiais.”

**Professora Marina:** “Preciso me adequar mais diante das inovações na educação e melhor desenvolver o meu trabalho.”

**Professora Margaret:** “Eu vejo que a formação profissional é contínua, eu aprendo a cada dia.”

**Professora Carol:** “Estimulante, importante na minha prática.”

**Professora Edileusa:** “Minha formação da faculdade foi relativamente boa, mas vejo que há sempre coisas novas a apreender.”

**Professora Lucia:** “Sou uma professora que busca sempre estar atualizada e me interessa muito por aprender sempre.”

**Professora Joana:** *“Adequada ao ensino regular, no entanto sinto muitas dificuldades em lidar com alunos especiais”.*

**Professora Karina:** *“A minha formação precisa estar em constante aprimoramento, pois sempre temos coisas novas a aprender.”*

**Professora Márcia:** *“A minha formação tem como função promover a melhoria da comunidade, através da educação.”*

**Professora Ione:** *“A minha formação inicial foi boa, sou uma excelente professora, no entanto percebo que preciso me atualizar, por isso estou iniciando uma pós.”*

Percebe-se pelas colocações feitas que a maioria das entrevistadas elegem sua formação inicial como defasada, fato que coaduna com as pesquisas de Mantoan, 2006; Marchesi, 2004 e outros. No entanto a maioria também possui consciência da necessidade da formação continuada e da exigência do sistema de constante inovação dos conhecimentos.

Com o objetivo de confirmar a questão da formação e as necessidades docentes diretamente a inclusão escolar perguntou-se:

- **Na sua opinião, quais são as principais necessidades de formação dos professores para inclusão escolar?**

**Professora Maria:** *“Melhoria da nossa formação inicial e também precisamos de cursos mais específicos que tratem da sua realidade, normalmente temos muitos cursos cheios de teoria e pouca aplicabilidade.”*

**Professora Marina:** *“Para se adequarem aos novos tempos da educação inclusiva, trabalhar com a diversidade de necessidades educacionais especiais.”*

**Professora Margaret:** *“Sensibilização, conhecer sobre cada deficiência, aprender a trabalhar com as diferenças.”*

**Professora Carol:** *“Formação inicial em pedagogia, e formação continuada próxima aos locais de trabalho.”*

**Professora Edileusa:** “É preciso de cursos de extensão que trate das deficiências que estamos trabalhando.”

**Professora Lucia:** “Precisamos querer mais aprender muitas vezes somos dominados pelo comodismo e não nos interessamos por aperfeiçoamento e cursos. Especificamente na inclusão é importante correrem atrás de formação porque é impossível formar o professor para cada uma das deficiências.”

**Professora Joana:** “Melhor formação inicial e mais cursos específicos para podermos trabalhar com os alunos inclusos.”

**Professora Karina:** “Aceitar a inclusão realmente e começar a aproveitar os cursos e se aperfeiçoar.”

**Professora Márcia:** “O educador necessita de conhecimentos. Conhecer e compreender a inclusão através da curiosidade, indagando, descobrindo lendas. Aceitar as diferenças como indispensável para o avanço da humanidade.”

**Professora Ione:** “Formação continuada adequada e acessível, no ano passado não fiz cursos porque os locais eram extremamente longe e quando fui conhecer não tinha como eu “cadeirante” entrar na sala.”

Confirmando as proposições da questão anterior percebe-se que os professores sentem necessidade de melhorar sua formação através de uma formação continuada e também ressaltam a importância de compreensão e aceitação do processo incluso fato que evidencia os debates e a luta das políticas públicas em promover uma ações inclusivas para sedimentar a inclusão como uma ação promotor de educação de qualidade

- **“Fale sobre a sua experiência com o ensino especial/inclusivo. Você se considera preparada para desenvolver um bom trabalho pedagógico dentro da pedagogia inclusiva? Por quê?”**

**Professora Maria:** “Sempre tive muita dificuldade em trabalhar com os alunos especiais sinto-me despreparada, porque percebo que conheço muito pouco das suas limitações e de como deve ser desenvolvido o trabalho.”

**Professora Marina:** “Não, pela minha limitação de conhecimento, porém estou procurando entender e conhecer teoricamente para assim desenvolver meu trabalho pedagógico.”

**Professora Margaret:** “Não. Eu me sinto em preparação. Mas acho que falta muito para que a proposta seja realizada plenamente.”

**Professora Carol:** “Considero-me preparada. Mas sempre há necessidade de atuações. todas as crianças são diferentes e precisam de apoio diferenciado. Fiz pedagogia e especialização em educação inclusiva

**Professora Edileusa:** “Acredito que é muito difícil sentirmos nos preparados porque sempre estamos enfrentando uma nova demanda, ou seja precisamos de formação constante.”

**Professora Lucia:** “A minha experiência na educação tem sido de muita aprendizagem, porque como não me sinto preparada estou sempre estudando.”

**Professora Joana:** “Eu não estou preparada para trabalhar com ensino inclusivo, procuro fugir disso todo ano, mas com a ampliação do sistema é quase impossível assim procuro fazer o melhor.”

**Professora Karina:** “Minha experiência com ensino especial tem sido muito interessante porque a cada ano aprendo me emociono, me encanto, me desiludo, e percebo que precisamos nos aperfeiçoar, mas acima de tudo é necessário dar oportunidade para todos participar da escola de maneira igual.”

**Professora Márcia:** “Minha experiência com ensino especial foi muito enriquecedora, pois aprendi coisa que jamais teria aprendido no ensino regular, foram 6 anos com alunos DMU e DI. Sim. Porque acredito no potencial desses alunos.”

**Professora Ione:** *“Minha experiência é recente, mas percebo que estou numa constante luta por eles, alunos especiais e por mim, luta por espaço, luta por aceitação e acima de tudo luta por dar a cada aluno uma educação significativa.”*

Essas respostas evidenciam a falta de formação inicial e continuada do professor, no entanto demonstra também que os professores em sua maioria acreditam na inclusão e buscam exercer sua profissão de maneira a alicerçar a aprendizagem do aluno, pois eles indicam preocupação em fornecer uma educação adequada e acreditam na potencialidade do aluno incluso.

#### **D. Condições físicas, sociais e materiais das instituições inclusivas**

- **“Relate as condições físicas, sociais e materiais tidas por você no seu cotidiano.”**

**Professora Maria:** *“A minha realidade é razoavelmente boa, a nossa escola possui rampas, a direção, coordenação e a maioria dos alunos aceitam bem a inclusão.”*

**Professora Marina:** *“No contexto geral possuímos quase tudo que precisamos, percebo que periciaríamos de mais formação.”*

**Professora Margaret:** *“As nossas condições são boas, mas precisamos de mais apoio material, mais acessibilidade para cadeirante, mais profissionais especializados para nos ajudar no trabalho.”*

**Professora Carol:** *“Pessoalmente eu considero essa escola muito privilegiada eu, por exemplo, possuo monitor para acompanhar a minha aluna especial, nos materiais tudo que preciso a direção providencia e socialmente temos aceitação da comunidade.”*

**Professora Edileusa:** *“Sinto falta de uma estrutura física com maior acessibilidade, melhores banheiros, e também um psicólogo para acompanhar os professores e os alunos.”*

**Professora Lucia:** “A escola atende minhas necessidades.”

**Professora Joana:** “Preciso de mais acompanhamento pedagógico e também mais ajuda nas minhas dificuldades de como ensinar meus alunos DI, sinto-me perdida.”

**Professora Karina:** “Possuo tudo que preciso.”

**Professora Márcia:** “Vejo que o sistema inclusivo é novo e como tudo novo precisa ser conquistado muitas coisas, assim precisamos melhorar nossa estrutura de acessibilidade, a organização curricular precisa ser adaptada aos alunos especiais e nós precisamos de constante formação específica.”

**Professora Ione:** “Percebo falta de acessibilidade, pouco apoio pedagógico na adaptação curricular e falta de política pública para efetivar os projetos da escola.”

➤ A sua escola recebe algum tipo de apoio da Educação Especial? Quais?

**Professora Maria:** “Sim, possuímos interpretes, monitores e também os alunos especiais são atendidos na sala de recursos no turno contrário.”

**Professora Marina:** “Os alunos inclusos são atendidos em horário contrário na sala de recursos, existe professores intérpretes em sala de aula para os alunos DA.”

**Professora Margaret:** “Sim, sala de recursos, professores itinerantes, equipe de apoio a aprendizagem.”

**Professora Carol:** “Sala de recursos”

**Professora Edileusa:** “Professor de recursos”

**Professora Lucia:** “Sala de recursos”

**Professora Joana:** “Sala de recursos”

**Professora Karina:** “Sala de recursos”

**Professora Márcia:** “Sala de recursos, professores interpretes e equipe de apoio a aprendizagem”

**Professora Ione:** “Sala de recursos, equipe de apoio aprendizagem, pedagoga, orientadores, monitores e interpretes.”

Diante das respostas dadas pelas professoras percebe-se contraditoriamente que elas consideram que a escola recebe apoio, contudo considerando questões anteriores os docentes sentem-se ainda desamparados.

- **“Foi feita alguma adaptação curricular nas salas de aula? Como e quem as realiza.”**

**Professora Maria:** “ Sim, foi feito um estudo de caso do aluno e adaptamos atividades e avaliações as suas necessidades.”

**Professora Marina:** “Sim, é realizado pela equipe de apoio à aprendizagem, sala de recursos, coordenadores, supervisores, família e o professor do aluno.”

**Professora Margaret:** “Sim, com a presença do professor, direção e os professores de apoio.”

**Professora Carol:** “Atendimento dos alunos em horário contrário.”

**Professoras Edileusa, Lucia, Joana, Ione, Karina e Márcia:** “Não”

Sobre a questão de adequação curricular percebe-se que a maioria considera que não há uma efetivação no processo e as outras colocam que sim.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados demonstram que a efetivação do processo inclusivo é favorecida pela formação dos professores, pela organização adequada do currículo e também pela aceitação plena de todos que estão imbuídos na estruturação desse processo.

Em poucas palavras as professores evidenciam insegurança na sua formação e conseqüentemente também no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, contudo buscam sempre efetivar sua práxis de maneira a atender as necessidades de aprendizagem dos alunos.

Dessa maneira reivindicam cursos de formação mais específicos as modalidades atendidas em sala de aula, melhores estrutura de acessibilidade no ambiente escolar, mais apoio pedagógico e maior efetivação das políticas públicas na realidade inclusiva.

Por fim compreende-se que há uma demanda social que precisa de muita união de todos no processo educativo, assim evidencia a necessidade de permanente cooperação, estudo e busca de conhecimento dentro das especificidades da inclusão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do: **texto constitucional**, promulgado em 5 de outubro de 1988. Senado Federal. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_, LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Senado Federal. Brasília 2006.

GHEDIN, Evandro. Professor Reflexivo: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: Pimenta e Ghedin, (orgs.) **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo. Cortez Ed. 2002.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Egler . – **Caminhos Pedagógico da Inclusão: Como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**. – São Paulo: Memnon 2001.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. – **Inclusão: Construindo uma Sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: Um guia para educadores**. porto alegre: Artmed, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo. Ed. Atlas AS. 2004.

## APENDICE

### A- Entrevista

1. Há quanto tempo você trabalha no Ensino Fundamental?
2. Há quanto tempo trabalha na escola?
3. Qual é sua formação?
4. Como você vê sua formação profissional?
5. Qual é o cargo que você ocupa atualmente? Já ocupou outros cargos na escola? Quais?
6. Com quais turmas você trabalha? (Especificar a idade dos alunos) Você já trabalhou com outras turmas? Quais turmas? (Especificar as idades dos alunos dessas turmas)
7. Por que você trabalha no Ensino Fundamental?
8. Como você define criança e infância?
9. Como você define Ensino Fundamental? O que você acha que o Ensino Fundamental deve propiciar à criança?
10. Como você define Inclusão Escolar?
11. Na sua opinião, quais são os principais desafios da inclusão escolar? Por quê? Você pode colocar um exemplo, a partir de uma experiência sua?
12. Na sua opinião, quais são as principais necessidades de formação dos professores para a inclusão escolar?
13. A sua escola recebe algum serviço de apoio da Educação Especial? Quais?
14. Foi feita alguma adaptação curricular nas salas de aula? Como e quem as realiza
15. Fale sobre a sua experiência com ensino especial/inclusivo. Você se considera preparada para desenvolver um bom trabalho pedagógico dentro da pedagogia inclusiva? Por quê?

Essas foram às últimas perguntas da entrevista. Você gostaria de acrescentar alguma coisa ou falar de alguma questão que não foi abordada?